



Acta Scientiarum. Education

ISSN: 2178-5198

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Bechi, Diego

Mercantilização do ensino superior: os desafios da universidade diante do atual cenário educacional

Acta Scientiarum. Education, vol. 33, núm. 1, 2011, pp. 139-147

Universidade Estadual de Maringá

Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303326603014>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Mercantilização do ensino superior: os desafios da universidade diante do atual cenário educacional

Diego Bechi

Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, BR-285, 99052-900, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: diego_bechi@yahoo.com.br

RESUMO. O presente trabalho tem por propósito refletir sobre o atual contexto da Educação Superior no Brasil, propiciando o conhecimento de diferentes aspectos que comprovam a importância da ética na formação universitária e a necessidade de contrapor-la à tecnificação do Ensino Superior. Para isso, no primeiro momento, são analisadas as transformações socioculturais ocorridas nas últimas décadas. A apresentação dessas transformações possibilita conhecer as atuais tendências da Educação Superior a partir do processo de globalização, da urbanização, do predomínio do conhecimento e da internacionalização da educação. Com a passagem da “sociedade do trabalho” para a “sociedade do conhecimento”, influenciada pelo desenvolvimento das tecnologias da informação, iniciado em meados do século XX, o conhecimento tornou-se uma mercadoria altamente comercializável. A partir de então, os cursos superiores passaram a ser criados sob a ótica do mercado. A abertura do mercado educacional obteve respaldo na década de 1990, após a implementação de políticas educacionais de cunho neoliberal. Tais iniciativas proporcionaram expressivo aumento do número de IES particulares ou privado/mercantis. Ao compreender essa nova dinâmica que configura o mundo contemporâneo e a influência das políticas públicas no âmbito educacional, são apresentadas as consequências do processo de mercantilização do Ensino Superior e os desafios a serem enfrentados pela Universidade.

Palavras-chave: globalização, expansão da Educação Superior, privatização, formação universitária.

ABSTRACT. **The commodification of higher education: the challenges of university education in face of the present scenario.** The purpose of this work is to reflect on the current context of higher education in Brazil, providing knowledge of different aspects that prove the importance of ethics in university education and the need to contrast it to the technological development of higher education. For this, at first, we analyze the socio-cultural transformations that occurred in recent decades. The presentation of these transformations makes it possible to know the current trends in higher education from the process of globalization, urbanization, the prevalence of knowledge and internationalization of education. With the passage from the “society of work” to the “knowledge society”, influenced by the development of information technology, started in the mid-twentieth century, knowledge has become a highly marketable commodity. Since then, higher education majors began to be created from the perspective of the market. The opening of the educational market got support in the 1990s, after the implementation of neoliberal educational policies. These initiatives have provided a significant increase in the number of private or private/commercial HEIs. By understanding this new dynamic that shapes the contemporary world and the influence of public policies in education, this work presents the consequences of the process of commodification of higher education and the challenges faced by universities.

Keywords: globalization, expansion of higher education, privatization, university education.

Introdução

Para compreendermos a problemática que envolve a mercantilização do Ensino Superior é necessário, primeiramente, refletir sobre algumas das transformações sócio-político-culturais ocorridas nos últimos anos. Os processos de globalização mediados pelo desenvolvimento das tecnologias da informação, somados aos objetivos e ações propostas

pelo ideário neoliberal, especialmente no campo das políticas educacionais, colocaram em cheque a natureza e o papel da Universidade. No mundo contemporâneo, com a denominada revolução da informática e os avanços no âmbito da comunicação, o conhecimento passou a ser altamente comercializável. Para poder explorar com mais intensidade o seu potencial lucrativo, na década de 90, foram estabelecidas novas leis nas quais

propiciaram expressivo aumento do número de instituições de Ensino Superior privado/mercantis.

O atual estado de expansão e privatização do Ensino Superior no país vem transformando a Educação em mercadoria, ou seja, em unidade de negócios de cursos e atividades. Para que as instituições, gerenciadas por uma proposta de gestão empresarial, possam garantir sua sustentabilidade econômica e financeira, o produto ofertado deve ser flexível às exigências ditadas pelo mercado. Frente a este contexto, o desenvolvimento científico e cultural da comunidade acadêmica vem sendo prejudicado pela eliminação e pela reorganização das atividades que não agregam valor econômico (MÜHL, 2009). Com isso, as disciplinas de formação humana e social vêm sendo gradativamente extintas da estrutura curricular, a fim de tornar as mensalidades mais acessíveis aos alunos/clientes, o que possibilita uma saída para os cursos universitários se tornarem mais competitivos frente o atual cenário educacional. As disciplinas de ordem prática passam a ser valorizadas em detrimento das disciplinas teóricas ligadas à formação integral do ser humano. Essas transformações estão relacionadas ao surgimento de algumas contradições no seio da Universidade. Essas contradições deram origem ao que Boaventura de Souza Santos denominou de três grandes crises da universidade: “crise de hegemonia”, “crise de legitimidade” e a “crise institucional”.

Diante das modificações socioculturais que envolvem o mundo do trabalho, o predomínio e a valorização do conhecimento, e a própria educação, estão colocando novos desafios à Universidade. É preciso superar o modelo pedagógico, até então predominante, baseado na mera transmissão vertical de conhecimentos e das técnicas específicas ao exercício profissional. Para que os sujeitos sejam capazes de responder à complexidade e às exigências do mundo contemporâneo, a Universidade precisa expandir seu processo formativo para além das atividades limitadas à preparação para o mercado de trabalho. Segundo Panizzi (2006, p. 30), “não podemos mais formar os nossos estudantes como até agora fazíamos. Hoje, “ensinar”, “aprender”, “conhecer” e “ter competência” apresentam outros significados e valores, e não são a mesma coisa. Pensar não pode ser considerado mero diletantismo e abstração!”.

Cabe agora compreender com maior exatidão a problemática até então posta de forma superficial. A primeira parte do texto tem por propósito analisar as modificações socioculturais pós-modernas que contribuíram para o atual processo de expansão e de mercantilizarão do Ensino Superior no país. Após

este estudo, são apresentadas as características que compõe o atual cenário educacional e as consequências provenientes do modelo de gestão empresarial e das alterações administrativas nas universidades. Por fim, são descritos os desafios e as reais funções da Universidade frente a uma sociedade complexa e dinâmica que exige dos sujeitos criticidade, flexibilidade e desenvolvimento da consciência ética, comprometida com o social.

As transformações socioculturais na sociedade do conhecimento

Ao analisar as transformações socioculturais ocorridas nas últimas décadas, nota-se que a Universidade vem sofrendo fortes interferências pelos anseios da sociedade globalizada. Para Panizzi (2006, p. 28), “vivemos em um tempo em que a universidade e a educação superior tornaram-se, elas próprias, objeto de interesse da própria globalização”. Por causa de seu caráter abrangente e complexo, o processo de globalização atinge todas as relações sociais. Isso acontece pelo fato de o conhecimento ter assumido uma nova dinâmica. Com a denominada revolução da informática, ele passa a ser produzido de forma rápida e cumulativa. Todos aqueles que têm acesso aos novos veículos de informações, seja em casa ou no trabalho, podem divulgar e popularizar seus conhecimentos. A internet diminuiu as distâncias entre as pessoas no que tange à disseminação de experiências e de concepções. Os avanços na comunicação, e a velocidade nas relações são evidentes: blogs, revistas eletrônicas e sites de relacionamentos e de pesquisas multiplicam, de forma explosiva, a exploração e a geração do conhecimento.

Essa nova dinâmica de produção e de divulgação do conhecimento é uma das características centrais do mundo contemporâneo. De acordo com Kesselring (2007, p. 23), “a chamada sociedade ‘pós-moderna’ é uma sociedade do conhecimento”. As tecnologias de informação, juntamente com os conhecimentos por ela difundidos, promoveram grandes transformações econômicas e sociais. Enquanto, na sociedade industrial, as ferramentas tecnológicas eram desenvolvidas com a exclusiva finalidade de facilitar o trabalho e de aumentar a produção, os conhecimentos atribuídos à técnica, atualmente, passaram a ser utilizados em prol da divulgação do próprio conhecimento. “Pela primeira vez na história da humanidade, a técnica não visa mais a resguardar, antes de tudo, o corpo do homem, mas ela deve, em primeiro lugar, expandir seu patrimônio intelectual” (KESSELRING, 2007, p. 23). A passagem da sociedade do trabalho para a

sociedade do conhecimento trouxe consigo uma série de problemas que envolvem a vida cotidiana das pessoas. Essa nova onda tecnológica influenciou profundamente as relações sociais. Em tese Panizzi (2006, p. 25) salienta que, “já não somos mais os mesmos. Também não agimos mais da mesma forma”.

Entre as mudanças ocorridas na sociedade e os problemas a ela atribuídos, estão a “globalização da vida e do trabalho”, a “crescente e desigual urbanização”, o “predomínio do conhecimento” e a “internacionalização da educação”¹. Ao se adentrar no primeiro aspecto, nota-se que o mundo do trabalho assumiu novas atribuições na sociedade pós-industrial: as profissões estão passando por um processo de transformação, exigindo um novo perfil profissional e pessoal. “O novo perfil profissional passa a ser aquele que não se esgota na conclusão de um curso superior, devendo permanecer, portanto, constantemente atualizado, fato que exige formação permanente” (DALBOSCO, 2009, p. 59). Essas transformações têm origem na forma como o conhecimento passa a ser valorizado nessa fase de grande evolução tecnológica. Não basta ser diplomado, é necessário ser flexível diante das exigências do mercado. Uma das características do mundo contemporâneo é o aparecimento de novas e de diversas profissões para atender as demandas do mundo do trabalho. “As profissões deixaram de ser apenas aquelas clássicas que tínhamos, como Direito, Engenharia e Medicina” (PANIZZI, 2006, p. 16).

Dessa forma, rompe-se a estabilidade das profissões relativas à era industrial. Hoje, o sujeito deve ser capaz de superar a fragmentação dos saberes próprios das profissões tradicionais. É necessária a interação com as diferentes áreas, indo além dos conhecimentos isolados. Tendo por base os conhecimentos específicos de cada área profissional, o sujeito deve criar novas formas de atuação, atitude pela qual lhe exigirá maior demanda de conhecimentos. Para isso, é imprescindível que o mesmo supere seu caráter individualista e passe a observar e a pensar coletivamente. Pensando na formação do novo profissional, Panizzi (2006, p. 16-17) sustenta a ideia de que “uma boa formação foge de uma qualificação isolada e individual. Hoje, não temos mais uma formação individualizada. O sujeito pensante não se constrói mais se olhando sozinho, ao contrário, o olhar força para o coletivo”. Contudo, as disputas e as dificuldades de se inserir no mercado de trabalho se agravam ainda mais nas

grandes metrópoles, onde há maior concentração e aprofundamento dos problemas sociais.

No mundo contemporâneo, as grandes metrópoles formam “os espaços de excelência do fenômeno de expansão da economia globalizada” (PANIZZI, 2006, p. 19). Nessa segunda transformação da sociedade contemporânea, a crescente e descontrolada urbanização agrava os problemas socioeconômicos, aumentando os índices de desemprego e de violência. Além disso, é crescente o número de pessoas que vivem em favelas, lugar onde o espaço e as condições de vida são desumanos. Tendo ou não consciência dessa realidade, as pessoas continuam optando por morar nas grandes cidades. Por já se encontrarem em situações desfavoráveis em cidades menores ou no interior, muitas delas têm por principal propósito a conquista de um emprego e de uma melhor qualidade de vida. Outros se arriscam em busca de investimentos e demais vantagens encontradas exclusivamente nos grandes centros. Apesar dos problemas citados acima, esses locais constituem-se no espaço mais comum de instauração “das grandes corporações, das instituições financeiras, das redes de informações, dos sistemas de telefonia celular e de comunicação por cabo, dos bens de consumo sofisticados e dos serviços especializados” (PANIZZI, 2006, p. 19). Cria-se um emaranhado de relações e de trocas de bens e serviços, em que algumas pessoas conseguem conquistar sua autonomia financeira em meio ao mercado de trabalho, enquanto outras não conseguem sair de sua condição de miséria.

Em meio à vida globalizada, muitas pessoas conseguem estabelecer relações econômicas; porém, outros milhões são vítimas de uma sociedade excludente e sofrem os efeitos dos reais anseios de quem detém o poder. Outro problema que vem se agravando é o aumento da população de idosos nos países em desenvolvimento. Há um novo padrão demográfico mundial “marcado pelos baixos níveis de fecundidade e de mortalidade, acompanhado de um crescente envelhecimento da população e de um aumento dos fluxos migratórios internacionais” (PANIZZI, 2006, p. 21). Nesse sentido, há constante redução de recursos humanos jovens e qualificados. Se não houver um planejamento capaz de superar essa deficiência, com o passar dos anos, agravar-se-ão ainda mais os problemas sociais hoje existentes. Para isso, é necessário que os políticos governantes assumam o desafio de qualificar e de promover oportunidades profissionais aos jovens. Isso ajudará a aumentar as suas expectativas e, conseqüentemente, haverá diminuição dos fluxos migratórios. Na acepção de Panizzi (2006, p. 22), os

¹ Sobre isso ver: PANIZZI, W. Universidade para quê? Porto Alegre: Libretos, 2006.

dirigentes políticos têm o desafio de “propiciar aos nossos jovens não só uma formação educacional avançada em termos científicos e tecnológicos, mas também de promover oportunidades de sua absorção nos sistemas produtivos e respectivos projetos de desenvolvimento”.

A terceira transformação sociocultural é atribuída à mercantilização do conhecimento. Com o grande desenvolvimento tecnológico iniciado em meados do século XX, o conhecimento e a Educação Superior obtiveram altas proporções econômicas. As tecnologias voltadas à comunicação transformaram o valor das coisas e dos bens. “As coisas passaram a ser diferentes e a ter valor diferente” (PANIZZZI, 2006, p. 26). O conhecimento passou a ser visto como uma mercadoria altamente comercializável, indo ao encontro dos interesses da sociedade capitalista. E, para aguçar ainda mais, ao contrário do que acontece com os bens materiais, as ideias, ao serem vendidas, continuam em posse de quem as ofertou. Assim, uma única pessoa ou instituição poderá utilizá-las por inúmeras vezes, dependendo dos interesses da sociedade. Tendo por princípio essa lógica, a partir da década de 90, os cursos superiores passaram a ser criados sob a ótica do mercado. Conforme salienta Sguissardi (2008, p. 1013), essa tendência capitalista de transformar tudo em mercadoria, inclusive o conhecimento, abre a possibilidade de entender por que “os serviços educacionais, como um direito e um bem público, possam ser considerados como uma mercadoria, a educação-mercadoria, objeto de exploração de mais-valia ou de valorização”.

Diante dessa nova dinâmica que configura o mundo contemporâneo, o conhecimento parece estar enfrentando uma crise de identidade. Nunca, na história da humanidade, as pessoas tiveram acesso aos serviços de comunicação com a facilidade e a intensidade como vem ocorrendo atualmente. Porém, muitas delas possuem uma compreensão equivocada sobre o real significado da palavra conhecimento: confundem-no com a mera transmissão de informações. Ao contrário disso, o conhecimento está intimamente ligado à formação intelectual do homem. Essa, por sua vez, independe dos conteúdos decorrentes dos sistemas digitais. “O ‘conhecimento’ fruto da tecnologia é algo completamente diferente do conhecimento que tem como fonte o cérebro. ‘Conhecimento’ digital não é nada mais que informação” (KESSELRING, 2007, p. 24). Contudo, não se pode negar que há muitas informações relevantes ao se ter acesso ao mundo digital, mas esse contato deve ser realizado com cautela, pelo grande número de informações falsas oferecidas aos leitores. A partir disso, pode-se dizer

que a pessoa que limita seus saberes a simples reportagens televisivas ou à leitura de pequenos fragmentos de conteúdos obtidos via internet, dificilmente terá capacidade intelectual e conhecimentos suficientes para avaliar criticamente a variedade de estímulos oriundos de sua relação com o meio social.

Tendo em vista essa problemática, Dalbosco (2009, p. 61) faz algumas considerações acerca da postura pedagógica a ser assumida pelos educadores frente a esse novo cenário. De acordo com esse pesquisador, os estímulos cognitivos e estéticos resultantes da gigantesca circulação de informações “exigem dos educadores posturas pedagógicas inovadoras, capazes de se colocar muito além da relação pedagógica vertical baseada no binômio transmissão-assimilação do conhecimento, segundo o qual o professor ensina e o aluno aprende”. O ato de ensinar e de aprender deve superar o modo instrumental baseado na pura transmissão de saberes. Em síntese, a “nova pedagogia”, as experiências e o potencial investigativo do aluno devem ser explorados em sala de aula. Com o auxílio e com a mediação do professor, o aluno torna-se sujeito ativo na construção do seu conhecimento. A Educação deve ir ao encontro da formação da autonomia do homem contemporâneo. Panizzi (2006, p. 25) direciona toda essa problemática para o campo da universidade, uma vez que a pesquisadora entende que “uma nova pedagogia se impõe a partir dos diferentes papéis que são atribuídos aos professores e aos estudantes. Como a universidade reage a isso?”.

Estando intimamente ligada a essas três transformações recém citadas, a internacionalização da Educação é mais um dos frutos do estado de globalização do mundo pós-moderno. Essa última transformação tem origem no intenso processo de cooperação internacional que há várias décadas vem se revelando importante para a atualização dos professores, dos pesquisadores e para melhorar as estruturas do sistema de Ensino Superior. Essa troca de experiências é possível porque o conhecimento é flexível nos diferentes contextos, circulando de um lugar ao outro sem perder seu valor. Entretanto, a exploração das fronteiras do conhecimento, por meio dos intercâmbios acadêmicos, vem trazendo graves implicações para os sistemas educacionais. Ao alertar sobre essa problemática, Panizzi (2006, p. 27) afirma que “é preciso estar atento para o significado dessas relações quando as grandes corporações de ensino se instalam e estabelecem uma forma única de pensar”.

Por movimentar bilhões de dólares, a Educação Superior passou a ser fortemente disputada. Com a finalidade de obter altos lucros, empresas nacionais e

internacionais vêm aumentando gradativamente seus investimentos, criando novos cursos e novos centros educacionais em todo o Brasil. Essa crescente competitividade em torno da Educação Superior põe a Universidade em sérios riscos, pois “uma das mudanças mais ‘perigosas’ para a atual estrutura da universidade é a possibilidade de que venha perder o seu privilégio nacional de expedidora de títulos acadêmicos” (PANIZZI, 2006, p. 27). Para a Universidade continuar garantindo sua legitimidade, é necessário que a mesma assuma, de modo crítico, a remodelagem das estruturas do Ensino Superior propostas por outros países, como é o caso do Processo de Bolonha na Europa². A aceitação ou não de tais modelos deve passar por um processo de compreensão e de análise das referidas propostas, já que, conforme observa Panizzi (2006, p. 29), “(...) quando por nós apropriados, no entanto, devem ser considerados como resultados de uma experiência e não como modelo paradigmático a ser perseguido, já que tem como base suas respectivas realidades”.

Diante dessas quatro transformações gerais que caracterizam o “novo mundo”, espera-se que a universidade utilize suas experiências e seus conhecimentos em prol das expectativas e das necessidades da sociedade. É preciso romper o modelo acadêmico e pedagógico, predominante no Brasil e em toda a América Latina, voltado para atender apenas às necessidades do mundo do trabalho. A universidade não deve possuir como única função o licenciamento, por meio de diplomas e certificados, do exercício profissional. “No momento em que ela assume essa tarefa de autorizar o exercício da profissão, sem dúvida ela se engessa, se limita e, mais, se homogeneiza. Homogeneiza a si mesma – a universidade – e também o sistema educacional como um todo” (PANIZZI, 2006, p. 32). O ideal de universidade a ser construído deve ter o propósito de promover o desenvolvimento de competências e de aprendizagem nos alunos, tornando-os aptos a visualizar e a solucionar os problemas de forma independente e flexível. A prática pedagógica voltada à pura e simples transmissão de conhecimentos deve ser substituída por um modelo pedagógico embasado na aprendizagem de novas técnicas, novos métodos e novos processos capazes de integrar as pessoas à sociedade.

Porém, a realidade do Ensino Superior não condiz com esses anseios. A Universidade vem enfrentando vários problemas em decorrência da

mercantilização da Educação Superior, ocorrida nos últimos anos. Com a expansão das instituições de ensino, juntamente com o aumento da competitividade, a Universidade precisou assumir novas estratégias. Para garantir suas atividades no mercado educacional, muitas delas optaram por encurtar o tempo de duração dos cursos e passaram a incentivar a formação de tecnólogos. Outras, a fim obter maior lucratividade, aumentaram demasiadamente o número de alunos, pondo em risco a qualidade do ensino. Por esses e outros motivos, pode-se inferir que Universidade não está atendendo às demandas e às necessidades que a sociedade apresenta neste novo século. Na interpretação de Kesselring (2007, p. 28), o sistema universitário atual possui “poucas chances de futuro, já que uma grande parte de seus estudantes não chega a concluir os estudos ou não consegue se integrar ao mercado de trabalho”.

Atual cenário educacional: a expansão do Ensino Superior e as crises enfrentadas pela Universidade

Ao iniciar a análise sobre o modelo de expansão e de mercadorização da Educação Superior no Brasil, é importante refletir sobre as seguintes questões: a Educação pode ser considerada um serviço comercial? As regras que valem para uma empresa podem ser literalmente transpostas para o Ensino Superior? A iniciativa privada em posse das IES terá por principal propósito a promoção de um ensino de qualidade? Que consequências a projeção cada vez maior do mercado educacional trará para o sistema universitário? Tendo em vista o atual cenário da educação superior, Sguissardi (2008, p. 995) afirma que a transformação da Educação em mercadoria é um fenômeno que “tenderá a abarcar todo o planeta, e, no caso, todo o espaço do sistema educacional”. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em dezembro de 1996, possibilitou a edição de novos decretos a fim de normatizar a criação e a expansão das IES. A comercialização da Educação Superior teve amparo legal a partir da promulgação do Decreto nº 2.306, de 10 de agosto de 1997. Ao obter esse reconhecimento, a educação superior tornou-se “objeto de lucro ou acumulação; uma mercadoria ou a “educação-mercadoria” de interesse dos empresários da educação, que viria se completar com seu par gêmeo de interesse de todos os empresários dos demais ramos industriais e comerciais, a “mercadoria-educação”” (RODRIGUES apud SGUISSARDI, 2008, p. 1000-1001).

² O Processo de Bolonha é resultado de um conjunto de resoluções assinadas em 1999 pelo Conselho de Ministros da União Europeia e fixadas na denominada “Declaração de Bolonha”, a fim de “melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa através de uma intensificação da cooperação entre as universidades europeias” (KESSELING, 2007, p. 16).

Segundo dados do INEP³, nos últimos anos houve um acelerado aumento do número de instituições e de matrículas no setor privado. No que tange o crescimento do número de IES, entre os anos 1994-2006 verificou-se um aumento de 13,7% das instituições públicas, muito pouco, se comparado ao aumento de 219,4% das instituições privadas. Essa desproporcionalidade apresenta-se também no processo de privatização das matrículas, ou seja, durante esses 12 anos, as públicas cresceram 75 contra 275, 2% das privadas. Assim o fenômeno que antes era próprio do mercado financeiro, industrial e comercial atingiu também o Ensino Superior. Com o processo de globalização, somados à valorização do conhecimento e às novas exigências da sociedade atual, o ensino tornou-se um mercado promissor, digno de grandes investimentos. Diante destas mudanças, “muito poucas diferenças parecem existir entre o *modus faciendi* dos protagonistas ou “consolidadores” do mercado educacional e dos empresários do mercado financeiro, industrial comercial ou outros” (SGUISSARDI 2008, p. 1015).

Ao serem organizados de acordo com as perspectivas da economia de mercado, os Cursos Superiores começaram a sofrer inúmeras mudanças internas. Por estarem em consonância com o modelo empresarial, os principais agentes do processo de ensino e aprendizagem assumiram novos papéis: o aluno passou a ser considerado um cliente e o professor assumiu a função de prestador de serviços. Para atender aos desejos dos alunos/clientes os resultados a serem obtidos são de natureza imediata. As disciplinas de formação humana e sociais estão sendo extintas, restando apenas as disciplinas específicas referentes aos cursos oferecidos. Com a retirada dessas disciplinas, a duração dos cursos é encurtada, diminuindo os custos das mensalidades. Ao torná-las mais acessíveis à população, há aumento da competitividade da instituição no mercado educacional. “Competir e, no máximo, garantir a empregabilidade dos estudantes/clientes são as preocupações que afligem e ao mesmo tempo se põem como desafio para todos” (SGUISSARDI, 2008, p. 1015). Nesse sentido, ao mudarem os objetivos, mudaram-se também as atividades a serem realizadas. Em outras palavras, enquanto as finalidades da Educação forem reduzidas ao mero aperfeiçoamento profissional, as atividades assumirão apenas uma conotação prática, deixando os elementos teóricos em segundo plano.

O ensino baseado somente na preparação para o mercado de trabalho não vem ao encontro das exigências do mundo contemporâneo. “A universidade hoje, tal qual se apresenta, não responde às necessidades e às urgências do tempo presente” (PANIZZI, 2006, p. 46). O modelo acadêmico e pedagógico não está respondendo às demandas que a sociedade vem apresentando neste novo século. A defasagem na formação acadêmica, decorrentes dos novos interesses da Educação Superior, traz grandes prejuízos à carreira profissional dos graduandos. Os anseios de um futuro profissional promissor giram em torno apenas de promessas, principalmente a aqueles que esperam obter um bom retorno financeiro. No início do curso, tudo parece ser fácil e vantajoso; porém logo a seguir surgem as dificuldades impostas pela sociedade globalizada e os estudantes, despreparados, passam a enfrentar os desafios do exercício profissional e da vida em sociedade. Isso acontece porque o “nosso modelo acadêmico e pedagógico está ainda organizado para atender as necessidades e demandas de um mundo do trabalho que já não existe mais nos termos de um modelo de desenvolvimento baseado na era industrial clássica” (DALBOSCO, 2009, p. 65).

Para que o sujeito obtenha um bom desempenho profissional é preciso que ele estabeleça contato com conhecimentos gerais e interdisciplinares, já que, como justifica Paviani (2007, p. 41), “o especialista sem uma formação transversal, sem uma cultura geral, não pode ter nos dias atuais um bom desempenho”. A redução do tempo de duração dos cursos, somada ao aumento do número de estudantes por grupo, tem por resultado a diminuição da qualidade de ensino. Com o intuito de obter maior lucratividade, 92% das instituições têm dedicação exclusiva ao ensino. Nesse contexto, as aulas limitam-se à simples transmissão de conteúdos. Os alunos encontram-se submetidos aos saberes dos professores. A aprendizagem é apenas o resultado da memorização dos conteúdos por ele proferidos. Não há espaço para que os alunos pesquisem e interliguem seus saberes com outros conhecimentos afins. O modelo atual de ensino ignora “as tendências interdisciplinares e a necessidade de uma formação que desenvolva a criatividade, a capacidade de compreender a si e os outros, antes mesmo de entender isso ou aquilo no sentido técnico” (PAVIANI, 2007, p. 41).

Com a expansão do Ensino Superior, juntamente com o predomínio e a valorização do conhecimento, a Universidade passou a ser vítima de diferentes contradições que deram origem ao que Santos (2008) denominou de tríplice crise: crise de

³ Os dados do INEP utilizados no presente artigo são extraídos do texto: SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. Educação e Sociedade, v. 29, n. 105, p. 991-1019, 2008.

“hegemonia”; crise de “legitimidade”; e crise “institucional”. A primeira é resultado da contradição entre conhecimentos exemplares (formação das elites) e conhecimentos funcionais (formação dos trabalhadores). Essa dicotomia tornou-se mais radical em razão de a Universidade ter perdido a condição de única detentora do conhecimento. Na sociedade globalizada não existem fronteiras para o conhecimento. O desenvolvimento das tecnologias da informação, e o expressivo crescimento dos cursos superiores marcam a passagem do ensino de “elite” para o ensino de “massa”. Dados do INEP revelam que em 1999 o país obteve um total de 2.369.945 matrículas de Educação Superior. Passados sete anos, em 2006, o número de matrículas quase dobrou, totalizando 4.467.646. Isso significou um percentual de crescimento de 97,3% do número de matrículas de educação superior em menos de uma década.

Ao analisar esse crescimento por categoria administrativa, tendo por base o mesmo período, o número de matrículas públicas obteve aumento de 45% (832.022 – 1.209.304), inferior ao das privadas que teve um avanço percentual de 75% (886.561 – 1.543.176). O setor privado/mercantil superou os demais com um explosivo aumento de 195% (651.362 – 1.924.166) do número de matrículas. Esses dados revelam o quanto a atual estrutura universitária vem deixando de contemplar aos interesses da população. Na tentativa de resgatar sua credibilidade diante dos diferentes grupos sociais, a crise hegemônica vem se agravando cada vez mais. Ela coloca a Universidade “em um mesmo nível de igualdade com outras tantas organizações, as quais, muitas vezes, se aventuram nessa missão, afastando-se, assim, da realidade, pela incapacidade de perceber e elaborar o conjunto das práticas sociais” (PANIZZI, 2006, p. 43).

Essa crise originou-se da contradição entre os conhecimentos exemplares próprios da concepção tradicional e os atuais anseios da sociedade capitalista. Apoiando-se no viés tradicional, cria-se um grau de exigência em função de garantir um ensino de excelência que prime pelo desenvolvimento do pensar crítico, pela divulgação dos conhecimentos científicos e humanísticos. Por outro lado, “o sistema universitário brasileiro vem crescendo com o objetivo de atender as necessidades da sociedade de uma maior competitividade e de fornecer formação superior para as novas formas de emprego e trabalho” (PAVIANI, 2007, p. 32). A Universidade⁴ passa a ser fortemente influenciada

pelo aumento da concorrência e pelas exigências de produção de conhecimentos práticos. Para manter sua sobrevivência, surge a necessidade de responder aos interesses das classes populares. Inicia-se, então, a valorização da capacitação técnica e instrumental em detrimento aos conhecimentos eruditos, próprio do ensino elitizado. Ao submeter-se à produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, a universidade deixa de ser a única e principal produtora do conhecimento.

A crise de legitimidade está intimamente ligada a essas mudanças. “Ela [a crise] manifesta-se, de modo especial, nas críticas daqueles que julgam estar ela [a universidade] alienando-se, progressiva e perigosamente, da realidade” (PANIZZI, 2006, p. 44). Essa crise surgiu na medida em que a Universidade deixou de ser imprescindível para uma grande parcela da sociedade. Por isso, afirma-se que a mesma não está atendendo às demandas da sociedade atual. “A universidade, infelizmente, se deslocou da realidade social, pois não reproduz os elementos que integram essa mesma realidade, na sua mobilidade” (PANIZZI, 2006 p. 45). Enquanto isso, os Cursos Superiores privado/mercantis vêm ganhando espaço no meio social por atender aqueles que não tiveram acesso à instituição pública ou a financiamentos. Os estudantes são motivados pela promessa de uma imediata inserção no mercado de trabalho e por serem mais acessíveis financeiramente.

Resumindo, a crise de hegemonia é o resultado da “perda de poder” da Universidade com relação à sociedade, enquanto que a crise de legitimidade provém da “perda de crença” da sociedade sobre os objetivos e funções da Universidade (SANTOS apud RODRIGUES, 2001, p. 131). Em meio a essas contradições, entra em cena a crise institucional que vem rendendo muitas discussões e desafios para a Universidade. Atualmente são atribuídas fortes pressões sociais sobre essa instituição, a fim de que se inicie um processo de reestruturação do modelo educacional vigente. Santos (2008, p. 190) define essa terceira crise, da seguinte maneira: “a universidade sofre uma crise institucional na medida em que sua especificidade organizativa é posta em causa e se lhe pretende impor modelos organizativos

impostas, contrapondo-se à agilidade administrativa das instituições mercantis. Para manter-se enquanto tal, a universidade precisa investir em programas de pós-graduação, pesquisa e possuir um número de professores com tempo integral superior aos previstos para os centros universitários. Além do mais, por ser uma universidade pública, de caráter não-estatal, a Universidade comunitária vem sendo tratada pelos governos e pela legislação como qualquer outra IES privado no país. Com o intuito de assegurar sua credibilidade frente à sociedade, a universidade comunitária precisa vencer os desafios internos e externos a ela impostos. Em observância a essa problemática, Paviani (2007, p. 32) salienta que “a universidade comunitária não sabe ainda se sua vocação institucional deve optar por ser uma universidade de massa ou uma universidade de excelência acadêmica ou ocupar um posto intermediário entre essas duas alternativas”.

vigentes noutras instituições tidas por mais eficientes”. Dessa forma, diante da expansão do Ensino Superior, em meio às crises por ela proporcionada, pode-se fazer o seguinte questionamento: quais são os principais desafios a serem enfrentados pela universidade no atual cenário educacional?

Desafios da universidade numa perspectiva pós-moderna de emancipação

A Universidade precisa definir novos objetivos e finalidades a fim de superar o modelo de ensino baseado exclusivamente na transmissão e inculcação nos alunos de informações e conhecimentos prontos. Isso porque, o conceito de formação universitária não se solidifica na mera aquisição e memorização de conhecimentos. A Educação Superior requer um processo formativo que prima pelo desenvolvimento de cidadãos críticos e responsáveis. Tendo em vista essa perspectiva, Paviani (2009, p. 49-50) afirma que a aprendizagem dos estudantes deverá ser orientada “visando ao desenvolvimento de habilidades e competências não apenas profissionais, mas também pessoais; não apenas imediata, mas também ao longo de suas vidas”. O desenvolvimento de tais habilidades ajudará o indivíduo a enfrentar as exigências da vida em sociedade e as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. Por isso, não basta o sujeito ter o domínio de técnicas específicas ao exercício de determinadas profissões, é necessário que ele seja capaz de resolver, de forma independente e flexível, os desafios que poderão surgir ao longo de sua trajetória profissional.

Ter flexibilidade e se adaptar às exigências próprias da sociedade globalizada, em que os conhecimentos adquiridos tornam-se rapidamente inúteis, são competências intimamente ligadas ao desenvolvimento das habilidades do pensamento. Porém, “o desenvolvimento do pensamento, próprio da natureza humana, como conjunto das competências, não é ensinado *stricto sensu*, mas se desenvolve quando exercitado, vivido, provocado e passa a fazer parte da práxis cotidiana das pessoas” (PANIZZZI, 2006, p. 41). Os alunos precisam participar de práticas que os instiguem a pensar e a refletir sobre questões sociais e éticas que envolvam a sua formação profissional. O ensino estritamente técnico não forma sujeitos autônomos, dispostos a sustentar sua independência e sua integridade espiritual diante dos mecanismos massificadores e perante os ideários consumistas que permeiam a vida contemporânea. O desenvolvimento do raciocínio crítico não acontece somente pela imposição vertical de conhecimentos. Para isso, os alunos precisam se

transformar em agentes ativos do seu próprio processo de aprendizagem. Na visão de Panizzi (2006, p. 41), “pensar, ser sujeito ativo de sua construção pessoal e participar da vida social são – absolutamente – um importante, senão o mais significativo objetivo do processo educacional”.

Essas interpretações aproximam-se da concepção de Kesselring (2007, p. 21) sobre a Educação Superior ao afirmar que “a preocupação central do ensino universitário é o esclarecimento e, para usar um termo do século XX, a emancipação”. Esse forte apelo, ocorrido nos últimos anos, em prol de uma educação que prioriza o desenvolvimento intelectual e a moral dos indivíduos, é resultado da atual valorização da prática em detrimento das disciplinas humanas e sociais. O enxugamento e a flexibilização dos currículos, de acordo com as demandas do mercado educacional, vêm ameaçando a formação integral do ser humano. O fato é que, quando as instituições de Ensino Superior são administradas exclusivamente na perspectiva do lucro e do negócio, tornando a competência técnica a única referência na educação dos indivíduos, seus processos de ensino passam a inibir a formação crítica dos educandos. A estrutura universitária em elevação nos últimos anos, orientada por modelos de gestão empresarial, não vem formando pensadores. Anísio Teixeira (apud SGUISSARDI, 2008, p. 1009) coloca em dúvida esse novo sistema de Ensino Superior, quando escreve:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que universidades. Trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber ativo e não morto nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva.

Para atingir tais anseios, a universidade deve estabelecer novas metas que venham a superar as transformações decorrentes dessa reorientação mercantilista da educação. Os altos índices de expansão da Educação Superior no Brasil e a transformação dos institutos e das faculdades em unidades de negócios são fatores responsáveis pela gradativa eliminação e marginalização das disciplinas humanas e sociais. O constante empobrecimento dos currículos, com o intuito de aumentar a

lucratividade em meio à efervescência do mercado educacional, está impossibilitando o desenvolvimento de profissionais críticos e comprometidos com as causas sociais. Se isso não bastasse, a flexibilização e adaptação da estrutura curricular aos interesses do mercado vêm prejudicando o acesso e a produção livre do conhecimento.

Nesse sentido, para que o trabalho docente não fique atrelado exclusivamente às demandas do mercado, a Universidade precisa criar condições que venham a incentivar e a fortalecer o desenvolvimento científico e cultural da comunidade acadêmica. Os cursos superiores com dedicação exclusiva ao ensino, em que a aprendizagem é o resultado do armazenamento e da memorização de conteúdos, não estão investindo significativamente no processo de produção científica. Em meio a um mercado educacional amplamente competitivo, a Universidade é, atualmente, a principal responsável pelo fortalecimento da pesquisa científica. Porém, o processo de produção e de socialização dos conhecimentos não pode ocorrer sem que, antes, sejam levados em conta os problemas relacionados à destruição do meio ambiente, à corrupção e a outras questões ligadas à qualidade de vida do ser humano. Esse processo formativo implica o surgimento de “um modelo de aplicação da ciência alternativo ao modelo de aplicação técnica, um modelo que subordine o know-how técnico ao know-how ético e comprometa a comunidade científica existencial ética e profissionalmente com o impacto da aplicação” (SANTOS, 2008, p. 224).

Considerações finais

Esse artigo pretendeu suscitar o urgente debate sobre os rumos que a Universidade precisa tomar em um contexto marcado pela instrumentalização da Educação Superior. Tendo em vista os conhecimentos levantados durante a pesquisa, a universidade somente irá conquistar sua autonomia e sua credibilidade, frente ao atual estado de expansão e de privatização da Educação Superior, quando for valorizado o desenvolvimento intelectual e moral dos indivíduos. Para que isso aconteça, duas condições básicas se fazem necessárias: a intensificação do investimento em pesquisa e a valorização das disciplinas humanas e sociais. No que se refere ao primeiro aspecto, o envolvimento efetivo de professores e de alunos em atividades de pesquisa constitui um antídoto contra o estado de fragmentação do conhecimento, que foi fortalecido pelo atual processo de instrumentalização da Educação Superior. Em outras palavras, em vez de serem apenas receptores e divulgadores de informações, os agentes desse processo investigativo são levados a produzir

conhecimentos, participando ativa e efetivamente da elaboração cultural e científica da comunidade acadêmica e da sociedade.

Em oposição ao modelo empresarial de ensino, a Universidade deve propiciar aos alunos, com o apoio de disciplinas como as humanas e as sociais, práticas pedagógicas que os levem a pensar de modo reflexivo sobre o homem e sobre sua relação com o mundo. Além disso, a aplicação de tais disciplinas poderia contribuir significativamente para a formação ética dos alunos. A sociedade necessita, portanto, de profissionais comprometidos com o social. Nesse sentido, pode-se afirmar que o apoio à pesquisa e à valorização das disciplinas humanas e sociais são fatores que contribuirão para a superação dos desafios colocados à Universidade, incentivando e fortalecendo o processo de emancipação dos sujeitos envolvidos.

Referências

- DALBOSCO, C. A. A. Universidade, formação e indústria educacional. In: FÁVERO, A.; CENCI, A.; TROMBETTA, G. (Org.). **Universidade, filosofia e cultura**. Passo Fundo: UPF, 2009. p. 56-93.
- KESSELRING, T. Universidade, economia e sociedade: notas sobre o desenvolvimento atual das universidades europeias. **Chronos**, v. 34, n. 1, p. 15-29, 2007.
- MÜHL, E. H. Cultura empresarial e formação docente: os riscos da instrumentalização da educação superior. In: FÁVERO, A.; CENCI, A.; TROMBETTA, G. (Org.). **Universidade, filosofia e cultura**. Passo Fundo: UPF, 2009. p. 94-114.
- PANIZZI, W. **Universidade para quê?** Porto Alegre: Libretos, 2006.
- PAVIANI, J. Os desafios da universidade comunitária. **Chronos**, v. 34, n. 1, p. 30-45, 2007.
- PAVIANI, J. Ainda é possível a formação universitária? In: FÁVERO, A.; CENCI, A.; TROMBETTA, G. (Org.). **Universidade, filosofia e cultura**. Passo Fundo: UPF, 2009. p. 44-55.
- RODRIGUES, M. M. A instabilidade da universidade vista a partir das contradições de suas crises: crise de hegemonia, crise de legitimidade e crise institucional. **Educação e Filosofia**, v. 15, n. 29, p. 129-140, 2001.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2008.
- SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 991-1019, 2008.

Received on October 30, 2010.

Accepted on January 24, 2011.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.